

Gonçalo Byrne
Território de Excepção



Artigo Topos Atelier

12. 2004

Não abundam nas vastas periferias de Braga pedaços de urbanidade recente que sejam dignos de qualquer referência. Pelo contrário, não é difícil entender como a mesma paisagem, anterior à explosão das urbanizações dispersas, era de grande qualidade, revelada em significativas marcas duma humanização agrícola ou mesmo de transformação mais erudita, como alguns dos santuários periféricos, em particular o do Bom Jesus.

Todo o fascínio que resulta dos muros e plataformas em lajedos de pedra, das latadas da vinha, dos açudes e moinhos de água, ou mesmo das « casas do milho » com a eira, os celeiros e animais no r/c e a residência do 1º andar sabiamente distribuída em torno dum terraço de rotulado de madeira, também usado para a secagem do cereal, são hoje pouco mais do que arquivo precioso que habita um nostálgico panorama tão bem retratado no Inquérito Popular à Arquitectura da primeira metade do século passado.

A sobreposição das matrizes espaciais e tipológicas dum largo período de forte aculturação coexiste hoje com fragmentos de colonizações tipológicas mais híbridas de dimensões díspares, quase sempre a cavalo das frágeis infra-estruturas do anterior mundo rural, abandonado, violentado, « travestido » de novas imagens num processo que descolou e rompeu com o dos saberes acumulados e modelos transmitidos que sabiamente se sobrepunham em arqueologias e paisagens sustentáveis.

A transição gradual que se foi operando revela um processo de espontaneidade fundamentada na fragmentação de iniciativas isoladas de puro expediente de mais-valia financeiro como valor « cultural » exclusivo em que qualquer vector de urbanidade compartilhada, entenda-se de verdadeira cidadania, está ausente.

Ao percorrer-se o Loteamento D. Antónia Amorim, a experiência que se tem é a de um território de excepção espacial e ambiental em relação à mediocridade transformadora dominante.

De imediato nos apercebemos de que esta excepcionalidade foi obtida com economia de meios expressivos, o que de algum modo nos remete para valores culturais de paisagens anteriores que deixam intuir algumas dessas raízes arcaicas de celebração dos sítios, excluindo, no entanto, qualquer componente nostálgica de estilística vernacular, sabendo construir uma narrativa moderna, talvez mais fortemente contemporânea pela sábia insistência em trabalhar as raízes em que se fundamenta, como se a revelação que se experimenta deixasse entrever estratos precedentes de tempos acumulados.

Como é então possível que o mesmo instrumento urbanístico, o Plano de Loteamento, correntemente usado como arma de destruição paisagística e arquitectónica, possa ser usado como veículo de valorização cultural, espacial e arquitectónico?

É justo salientar, de acordo com os projectistas, o papel decisivo dum cliente, promotor culto e sensível às consequências da operação financeira que vai desencadear, de modo a que esta não seja à partida, como na grande maioria, um mero retrato de expedientes financeiros plasmados na cidade dominante.

Ainda segundo os projectistas, há que salientar a capacidade de diálogo, nem sempre fácil, com as entidades técnico-administrativas, de modo a superar limitações, incapacidades, quando não ocultos interesses, que não só boicotam um diálogo aberto, como arriscam impor rotinas processuais completamente indiferentes à qualidade, e que igualmente acabam retratadas na paisagem medíocre das novas periferias.

Se estes dois agentes (cliente e administração pública) devem constituir condição necessária para um resultado de qualidade, falta a absolutamente decisiva condição de ser elaborado um plano de qualidade, o que obviamente não cai dos céus mas pressupõe uma equipa profissional exigente, sendo que não basta apenas o argumento corporativista de obrigatoriedade profissional (quantos péssimos loteamentos estão assinados por profissionais encartados?).

Alguna capacidade de manobra no estímulo da qualidade junto do promotor e das entidades político administrativas poderá (deverá) estar na posse da equipa projectista.

Esta capacidade de diálogo, estímulo, persistência negocial, é visível no resultado do loteamento D. Antónia Amorim, e é sem dúvida um mérito desta equipa projectista que se intui igualmente noutras obras suas, onde, sem grande esforço, se adivinha um trabalho didáctico, com clientes e entidades, que não devem ter grandes desvios dos padrões culturais e comportamentais em relação às nossas entidades promotoras privadas.

O exercício da arquitectura passa cada vez mais por um empenho, de algum modo pedagógico que assenta por igual na persistente convicção sustentada do que se projecta e na capacidade de diálogo dos projectistas, em tempos onde a encomenda desliza inexoravelmente do domínio público para o privado, remetendo-se o público cada vez mais a entidade reguladora da sustentabilidade de interesses e objectivos da polis no espaço físico da cidade e do território (na melhor das hipóteses). A arquitectura move-se em âmbito transdisciplinar. Quando chega à cidade, essa transdisciplinaridade integra os conhecimentos de algum modo comprometidos com essa realidade espaço-temporal, que se distribuem pelos três estratos sem os quais não há urbanidade:

O subsolo, genericamente considerado terreno das infra-estruturas (e portanto « deixado » às engenharías); o plano sobre a terra, predominantemente reivindicado pelos arquitectos (tendencialmente isolando-se nos objectos « auto-referenciáveis » e ignorando o espaço de relação entre eles); e o plano da terra para cima (aéreo) que comporta todo o sistema de relação espacial (sistema de vazio) na melhor das hipóteses transferido para o saber dos paisagistas a quem cabem aspectos tão fundamentais como lidar com a luz e a temporalidade da cidade.

A verdade é que basta fazer um corte num pedaço da cidade para não só de imediato se reconhecerem estes estratos como a sua natureza artificial essencialmente arquitectónica (enquanto plasmam no espaço físico construído uma conceptualidade

concreta globalmente entendida como um artefacto).

Esqueça-se temporariamente esta tripartição operacional da cidade e imagine-se a encosta da Falperra forrada de mata densa em solo granítico, ocultando luz, movendo-se com a brisa, denunciando linhas de água rumorosas.

o loteamento define-se por uma rua que contorna a encosta, mas esta rua assenta em dois actos fortemente « fundadores »:

– abrir uma clareira linear na mata, fazendo baixar sobre a rua a luz, o céu e o tempo (o sortilégio que aporta o simples acto de talhar uma clareira na floresta);

– revelar o tapete granítico e rugoso que a mata escondia e que se delimita volumetricamente nos muros laterais no mesmo granito.

Clareira e pavimentos projectados, arquitectónicos e já urbanos porque geram uma espécie de topografia residual que contamina a geometria dos lotes, desdobrando muros e socalcos para o seu interior, reconduzindo e fazendo ouvir a linha de água que atravessa o terreno, enquadrando ruídos e cheiros, panoramas longínquos ou texturas rochosas próximas.

As infra-estruturas do subsolo tornam-se presentes nas interfaces com os lotes, cuidadosamente desenhados em textura ferrosa de aço oxidado que se prolongam pelos portões de acesso.

É evidente que a qualidade do edificado contribui para a qualidade do loteamento, e isso é particularmente visível no caso presente, onde as casas, explorando genericamente uma tipologia em « L », se adaptam com grande qualidade, salientando as particularidades dos respectivos programas e de cada lote, explorando algumas soluções de continuidade tectónicas intuídas no loteamento e, em particular, uma enorme serenidade na celebração dos sítios e na ritualização do habitar.

Saliento, no entanto, que só uma boa qualidade arquitectónica das casas não é suficiente para gerar bom pedaço de cidade em que o instrumento do banalizado Plano de Loteamento se tem encarregado de destruir, projectando tudo menos valor acrescentado à quase total unanimidade do território periférico nacional.

É estimulante rever a excelente monografia da obra iniciada em 1987 em Braga pelo ateliê TOPOS dos arquitectos Jean Pierre Porcher, Margarida Oliveira e Albino Freitas, pela solidez e sensibilidade demonstrada numa obra já relativamente extensa e num contexto que não se adivinha fácil.

Nessa obra permito-me salientar os aspectos notáveis duma arquitectura particularmente sensível à paisagem rural ou urbana onde actua, revelando uma enorme atenção ao terreno que pisa e uma particular sensibilidade à transformação que gera, como se o existente e o conceptual fossem dois estratos duma mesma unidade.